

# ***Dos ideais curriculares à realidade dos cursos de música no Brasil***

Liane Hentschke

Departamento de Música – UFRGS  
e-mail: hentschk@portoweb.com.br

**Resumo.** O presente texto tem como objetivo discutir uma das questões levantadas pela conferencista do Fórum "Diretrizes: qual currículo?". Dentro da temática de reformulação curricular, chamo a atenção para a falta de formação pedagógica do corpo docente que atua nos cursos de graduação em música, e para a necessidade de dar voz aos alunos no processo de construção e implementação curricular. Argumento que as novas reformulações curriculares deverão estar em sintonia com o novo paradigma educacional que vem sendo debatido em âmbito nacional e internacional.

**Palavras-chave:** diretrizes curriculares nacionais, reforma curricular, formação dos formadores.

**Abstract.** The aim of this text is to discuss issue raised by the keynote speaker of this Forum "Guidelines: which curriculum?". Within this theme I call attention to the lack of pedagogical background of the university lecturers that teach in the undergraduate courses in music and to the need of listening our students within the process of curriculum development. I argue that new curriculum changes should be worked out in accordance to the new educational paradigm, so far discussed nationally and internationally.

**Keywords:** national curriculum guidelines, curricular reform, education of higher education teachers.

Como foi mencionado pela Dr<sup>a</sup> Sônia, estamos vivendo mudanças em termos de educação em todos os níveis, exigindo de nós a necessidade de redimensionarmos o nosso olhar a fim de abranger não só o contexto imediato onde atuamos, como também um contexto, social, político e econômico, de discussões sobre a formação docente. O texto da Dr<sup>a</sup> Sônia é bastante elucidativo e, ao mesmo tempo, sintético, nos permitindo uma visão panorâmica sobre as Diretrizes Curriculares de todos os níveis de ensino. O texto está dividido em cinco partes, das quais eu gostaria de focalizar as minhas questões na segunda parte: Diretrizes

Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em música.

O trabalho de confecção das Diretrizes Curriculares iniciou há cinco anos, sendo concluído em 1999. Mas foi somente em 2002 que o CNE propôs as Diretrizes para os cursos de música. Não falo em homologação, pois elas não permaneceram na íntegra. Foi realizado um "corta e cola" do documento confeccionado pela CEE/Música, com o apoio dos cursos de música no Brasil. Imagino que o mesmo deve ter acontecido com as diretrizes de outras áreas.

Nos encontros desses últimos cinco anos, discutimos as bases teóricas e práticas dos currículos, a adequação de um documento nacional, a formação para múltiplos espaços de atuação, entre outras questões importantes. As discussões teóricas e políticas foram, sem dúvida, fundamentais para o amadurecimento da área, para apontar possibilidades de caminhos a serem seguidos de acordo com o contexto e localização geográfica de onde iremos atuar. Penso que chegou o momento de debatermos sobre a implantação dessas idéias, sobre a forma de viabilizar os nossos ideais de formação de professores. Isso porque muitos cursos já concluíram e outros estão em vias de conclusão das suas reformas curriculares.

Como ex-membro da antiga CEE/Música e atual membro do Conselho Assessor do MEC, a minha preocupação se volta para questões de implementação de todas as nossas idéias. É a implementação do currículo ou, mais especificamente, o currículo em ação que me preocupa neste momento, pois de nada vale discutir concepções educacionais se estas não forem traduzidas para a nossa prática docente. Além disso, o próximo passo será a avaliação desses cursos por parte do MEC, seja em forma de avaliação externa, seja através do Provão.

Acredito que os cursos que iniciaram ou já concluíram o seu processo de reforma têm se deparado com inúmeros dilemas, os quais talvez ainda não tenham sido debatidos ou compartilhados, em âmbito nacional, na ABEM. Digo isso porque as mudanças propostas atualmente estão muito longe de serem mudanças cosméticas, de grade, de súmula ou carga horária. Elas demandam uma mudança total de paradigma educacional, das práticas de ensino, das múltiplas formas de aprendizagem, da seleção de conteúdo, da didática, enfim, de todo o processo de formação profissional em nível de graduação, diferente do que vem sendo praticado.

Neste momento eu gostaria de propor dois temas para debatermos em grande grupo. O primeiro refere-se à formação pedagógica do corpo docente e o segundo à necessidade de dar voz aos alunos no processo de construção e implementação curricular.

Mesmo havendo consciência, por parte dos educadores musicais, da necessidade de mudan-

ças, os cursos de licenciatura não são ministrados exclusivamente por “educadores musicais” (*stricto sensu*)<sup>1</sup>, mas por músicos instrumentistas, regentes, compositores, que, na sua maioria, não possuem uma formação pedagógica. É inegável que existe uma disparidade de formação pedagógica entre o que denominamos de “educador musical” e o músico instrumentista ou musicólogo que atua como docente nos cursos de graduação. Os educadores musicais, além de terem uma formação pedagógica sólida, estão continuamente atualizando-se, no sentido de buscar formas mais adequadas e contextualizadas para a sua prática docente. Por outro lado, tradicionalmente, o músico docente universitário (daí falo enquanto estereótipo) tem praticado uma proposta educacional mais tecnicista e tradicional de educação. O objetivo desses docentes é a formação do músico profissional (erudito, na maioria dos cursos), baseado em critérios absolutos de perfil de profissional.

Essa disparidade pode ter conseqüências em nível de implementação curricular, pois, em tese, poderá haver uma aceitação do que está sendo proposto em grande grupo, mas que não irá se transformar no currículo em ação. Partindo-se do pressuposto de que o novo paradigma de formação de professores prioriza a integração de conteúdos, temos que estar preparados para o fato de que esse novo modelo de formação de professores pode parecer ameaçador para grande parte do corpo docente. Isso porque demanda uma reformulação na nossa maneira de pensar, nos nossos princípios educacionais e até mesmo nas concepções acerca do que consideramos ser um indivíduo musicalmente educado ou um professor de música, capaz de enfrentar um mercado de trabalho mais abrangente.

No Encontro Anual da ABEM de 2000, mencionei que o documento do MEC para as licenciaturas manifestava preocupação com relação à vinculação dos cursos de licenciatura aos de bacharelado, no sentido de que a maioria deles compartilham disciplinas, o que foi denominado de conflito entre “organização curricular e organização institucional” (p. 28). O documento aponta para o fato de que, na maioria dos casos, a organização institucional tem determinado a organização curricular, ou seja, nos cursos que possuem as modalidades de bacharelado e licenciatura, o mesmo corpo docente e as mesmas disciplinas são

---

1 Licenciados em Música, Mestres e/ou Doutores em Educação Musical.

aproveitados, não permitindo, segundo eles, “a construção de um curso com identidade própria” (p. 28). Neste momento, o que o MEC exige são projetos pedagógicos distintos para o bacharelado e licenciatura. No entanto, na prática nada muda, pois vamos continuar compartilhando o currículo com profissionais que possuem uma disparidade na formação pedagógica e, conseqüentemente, diferentes níveis de compreensão dessa nova proposta.

A minha preocupação, neste momento, é que a desarticulação entre os módulos curriculares continue gerando um currículo fragmentado. Nas reuniões departamentais é visível a lacuna entre professores. Não falo aqui da homogeneização de concepções, mas, sim, da apreensão do significado dessas novas mudanças e a implementação das mesmas nas práticas docentes. Por exemplo, hoje falamos mais em aprendizagens do que em ensino no sentido tradicional do termo. Objetivamos a capacitação de um profissional que deve ser flexível, reflexivo e capaz de perceber e agir sobre realidades muito distintas. Precisamos capacitar o futuro professor de música para que ele/ela saiba administrar e gerenciar o conhecimento dos alunos, capacitando-os a fazer sentido do mundo musical a sua volta. Segundo Perrenoud (2001, p. 11), “formar profissionais capazes de organizar situações de aprendizagem [...] deveria ser a abordagem central da maior parte dos programas e dos dispositivos da formação inicial e continuada dos professores do maternal à universidade”. Mas como implementar esse conceito numa cultura universitária onde impera o ensino sob a ótica do professor? Onde pouco ou nada se sabe sobre o que pensam os alunos, ou o quão adequado é o nosso currículo para suas vidas profissionais?

Essa questão me remete ao segundo tema que eu gostaria de discutir, qual seja, a necessidade de dar voz aos nossos alunos. Cristina Cereser, mestranda do Programa de Pós-Graduação em

Música da UFRGS, está investigando, sob o ponto de vista dos licenciandos em música, a adequação de sua formação em relação às demandas pedagógico-musicais. A sua revisão de literatura mostra que estudos desse tipo são praticamente inexistentes na área de música, o que mostra, mais uma vez, a necessidade urgente de ouvirmos todas as partes envolvidas no processo de reformulação curricular.

Sabemos que, tradicionalmente, sempre existiu uma resistência por parte de muitos docentes da área de música quanto à adequação da formação com relação ao mercado de trabalho. Ou seja, defende-se um modelo de formação de músico independentemente da absorção do mesmo no mercado de trabalho. Dentre as muitas conseqüências desse modelo, está a conhecida atuação docente do bacharel em música, o qual não recebeu formação pedagógica durante o seu curso superior. Com as mudanças cada vez mais aceleradas da nossa sociedade, não podemos ignorar o que está acontecendo do lado de fora da universidade, as novas exigências dos múltiplos espaços de atuação profissional. Nesse caso, é importante dar voz aos nossos alunos, pois muitos exercem atividades profissionais concomitantes ao curso de graduação.

Em síntese, eu diria que é muito difícil atender satisfatoriamente ao enunciado desse Fórum: “Diretrizes: qual currículo?” pois são inúmeros os fatores que vão influenciar a implementação das propostas curriculares. Mas devo dizer que me sinto tentada a responder que devemos lutar por um currículo ideal dentro das nossas concepções teóricas e práticas, mas trabalhar em cima do currículo possível, principalmente levando em conta o corpo docente de que dispomos. Essa afirmação pode parecer óbvia, mas, certamente, retira de nós um pouco do ônus, da responsabilidade de, sozinhos, construir um ideal nem sempre compartilhado pelos colegas de departamento.

## Referências

- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Música no Brasil. Parecer CES/CNE nº 0146/2002. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior, Coordenador: Ruy Leite Berger Filho. maio 2000.
- PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais: três conjuntos de questões. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Formando professores profissionais*. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2001. p 11-22.